

MEC

Ministério da Educação

INEP

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

A Avaliação da Educação e a Inserção dos Egressos do Ensino Médio no Mercado de Trabalho*

Nassim Gabriel Mehedff**

* Palestra apresentada no Seminário Internacional sobre Avaliação do Ensino Médio e Acesso ao Ensino Superior, realizado em Brasília-DF, no período de 30 de junho a 2 de julho de 1997.

** Secretário de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho.

Brasília
1999

REVISÃO

Jair Santana Moraes
José Adelmo Guimarães

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Regina Helena Azevedo de Mello

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Celi Rosalia Soares de Melo

TIRAGEM: 1.000 exemplares

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP
MEC – Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexos I e II, 4º andar
70047-900 – Brasília-DF
Fones: (061) 224-1573 – 224-7092
Fax: (061) 224-4167

As opiniões emitidas são da inteira responsabilidade do autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Mehedff, Nassim Gabriel.

A avaliação da educação e a inserção dos egressos do ensino médio no mercado de trabalho / Nassim Gabriel Mehedff. Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999.

17 p. (Série documental. Eventos, ISSN 0104-6535, 9A).

1. Ensino médio - avaliação. 2. Mercado de trabalho. I. Seminário Internacional sobre Avaliação do Ensino Médio e Acesso ao Ensino Superior (Brasília : 1997). II. Título. III. Série.

CDU 373.5

SUMÁRIO

A Avaliação da Educação e a Inserção dos Egressos do Ensino Médio no Mercado de Trabalho

APRESENTAÇÃO – REPENSANDO O ENSINO PROFISSIONAL	5
A ESCOLA E A RELAÇÃO CAPITAL-TRABALHO	7
EXPANSÃO DO ENSINO E EXCLUSÃO SOCIAL	8
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E ENSINO	9
REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E CIDADANIA	10
CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL	11
DEBATE	12

APRESENTAÇÃO

REPENSANDO O ENSINO PROFISSIONAL

A inserção produtiva dos indivíduos é um dos aspectos mais importantes da cidadania. O reconhecimento da importância dessa premissa tem aumentado nos últimos anos, paralelamente à evolução tecnológica e ao duplo processo de elevação da integração e da concorrência internacionais. Diante disso um novo desafio se apresenta aos responsáveis pela educação, como foi reconhecido internacionalmente. “Já não é possível pedir aos sistemas educativos que formem mão-de-obra para empregos industriais estáveis. Trata-se, antes, de formar para a inovação pessoas capazes de evoluir, de se adaptar a um mundo em rápida mudança e capazes de dominar essas transformações”, observaram os membros da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, presidida pelo ex-ministro da Economia da França e ex-presidente da Comissão Européia.

Formar cidadãos aptos a exercerem atividades produtivas ainda é um desafio em muitos países como o Brasil. Mas é preciso mais que isso. É preciso formar cidadãos capazes para desempenhar atividades que sequer existem atualmente. Isso significa ensinar conteúdos e habilidades úteis no presente, mas também ensinar a aprender no futuro, fora da escola convencional. A primeira condição para esse novo aprendizado é melhorar o ensino fundamental e elevar o nível de escolaridade da população. Mas é preciso, também, repensar e reformular o ensino profissional. Um passo importante nesse sentido foi a proposta de Regulamentação das Bases Curriculares para as Habilitações Profissionais, enviada recentemente pelo Ministério da Educação ao Conselho Nacional de Educação. Paralelamente, é preciso seguir discutindo a questão e buscando novas abordagens num processo que envolva governos, o setor privado e a sociedade civil.

O texto a seguir, baseia-se na participação do secretário de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho, professor Nassim Gabriel Mehedff, no Seminário “Exame Nacional do Ensino Médio”, promovido pelo Inep, em 1997, e que faz parte da discussão em andamento no País sobre os rumos do ensino profissional.

Consoante Mehedff, historicamente as questões educacionais, no que se refere à formação profissional, foram condicionadas pelo padrão de inserção do país na economia internacional, caracterizado pela exploração dos recursos naturais e de uma mão-de-obra barata e desqualificada. Estabeleceu-se, assim, segundo ele, um sistema de ensino “regular”, voltado à formação da elite – ainda assim de acordo com uma estrutura fordista/taylorista – enquanto a maioria dos brasileiros era condenada a trabalhar e a obedecer, recebendo o mínimo de instrução necessário ao desempenho de suas funções. A partir de um determinado momento, que Mehedff situa em 1982, esse paradigma deixou de atender até mesmo às pouco exigentes necessidades do processo econômico excludente nacional.

Mehedff sustenta que o “ensino e a educação profissional devem sempre estar em harmonia com o sistema educacional, devendo ser a educação profissional cada vez mais pós-secundária, realizada por meio de uma rede de educação profissional, em que tanto o Estado quanto o setor privado, o movimento sindical e as ONGs possam colaborar com a sociedade, de forma permanente”.

Para Mehedff, a situação está evoluindo positivamente, no sentido de uma “nova relação do setor educacional com o produtivo” – que nada tem a ver com integrar mercado de trabalho e sistema educacional, com uma reprodução do mercado de trabalho em sala de aula. A revalorização do supletivo e outras ações nas quais se encontram engajados os Ministérios do Trabalho e da Educação, devem resultar na redefinição do perfil da escola técnica e num novo modelo de educação profissional.

Maria Helena Guimarães de Castro
Presidente do INEP

A Avaliação da Educação e a Inserção dos Egressos do Ensino Médio no Mercado de Trabalho*

Nassim Gabriel Mehedff

Antes de mais nada, gostaria de agradecer à professora Maria Helena Guimarães de Castro pelo convite e, por seu intermédio, ao Ministério da Educação, destacando aqui o significado deste, se não por outras coisas, pela nova postura, razoavelmente bem, que este governo está adotando em relação à discussão da questão da política social, da relação Estado/sociedade, e de sua própria integração.

O fato de aqui estar presente alguém do Ministério do Trabalho, num seminário, para a discussão e algumas reflexões sobre a avaliação da educação do segundo grau e sua inserção no mercado de trabalho, significa um avanço.

Mesmo que nada dissesse hoje, apenas me levantasse e fosse embora, o que não é o caso, considero o fato de alguém do Ministério do Trabalho estar presente neste auditório, discutindo a questão da educação, um avanço fundamental na própria evolução da política social e da política pública de educação neste País.

Se o Ministério do Trabalho esteve sempre ocupado em apagar incêndios provocados por salário-mínimo, greve e dissídio coletivo, hoje pretende, cada vez mais, junto com outros ministérios, pensar a política de relação capital-trabalho a médio e a longo prazos, em que a educação desempenha um papel importante. Nesse contexto, o governo Fernando Henrique Cardoso tem uma idéia muito clara.

Consultando alguns alfarrábios, descobri casualmente um artigo publicado em 1959, na *Revista Civilização Brasileira*, versando sobre as questões das exigências educacionais no processo de industrialização no Brasil, de autoria de

Fernando Henrique Cardoso. Naquele artigo, identifiquei várias coisas que hoje estão sendo postas em prática no governo Fernando Henrique Cardoso.

A ESCOLA E A RELAÇÃO CAPITAL-TRABALHO

A escola, dentro do processo da relação capital/trabalho, bem como em sua dinâmica social, é hoje – embora o setor produtivo já esteja saindo dessa linha rapidamente – uma das instituições mais rigorosamente fordista/taylorista, fragmentada, onde as coisas não são globalizadas. Tudo isso está relacionado com a própria filosofia de uma sociedade que sempre se pautou por um modelo de desenvolvimento econômico e social agravado a partir dos anos 30. Tinha este como marca principal a exclusão, ou seja, a não incorporação da sociedade como um todo, em relação aos benefícios resultantes do processo produtivo. Tanto isso é verdade que costumo rotular o fordismo/taylorismo no Brasil de “caboclo e tropicalista”. Se comparamos a eficiência do fordismo/taylorismo no Brasil com a eficiência por ele apresentada nos Estados Unidos, onde nasceu e teve uma função social ilustrada na frase “*two cars in each garage and two chickens in each pot*”, veremos que, aquele país, ao manipular a produção, conseguiu esse objetivo.

No Brasil, com um processo econômico excludente, isto não ocorreu. Aumentou a produção, melhorou a produtividade, mas não promoveu o crescimento social. Daí, aquela velha história de primeiro crescer o bolo para depois ser distribuído. O modelo e a prática do desenvolvimento são a maior demonstração de que isso não é verdade.

* O presente texto baseia-se na palestra proferida pelo autor no Seminário. Não se trata, portanto, de um texto previamente elaborado nem de mera transcrição do que se ouviu naquela oportunidade. O trabalho de edição buscou tanto a fidelidade ao que foi dito, no que se refere ao conteúdo, quanto o vigor da exposição oral. Esta versão conta, evidentemente, com a aprovação prévia do seu autor (N. E.).

Antes de abordar a questão profissional, farei uma introdução do ponto de vista histórico, na sua relação com o sistema educacional, para despertar a reflexão sobre o uso específico da avaliação do segundo grau. Dentro desta perspectiva, quero fazer mais uma consideração do que uma palestra organizada, como há de parecer.

O Brasil, sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico, tem características peculiares. E, quando buscamos fazer análises comparativas com outros países, há uma enorme dificuldade, porque o Brasil é um país estranho quanto à sua forma de caminhar. É necessário, então, procurar entender o conservadorismo da sociedade brasileira, moldada numa história de desenvolvimento econômico-social excludente.

Para se ter uma idéia disto, é conveniente fazer uma análise a partir de 1930, para estabelecer um marco da industrialização no Brasil, que, evidentemente, tem início antes de 1930. Desde essa data, o PIB brasileiro cresceu 12 vezes, superando países industrializados, sendo ultrapassado apenas pelo Japão, cujo crescimento foi de 13,4%.

Daí ser comum o brasileiro indagar-se: Como isso aconteceu – já que temos uma dívida imensa? Por que somos um país tão injusto? É uma questão muito séria sobre a qual todos os educadores deveriam refletir. Essa incoerência é atribuída a três fatores e o terceiro fator tem uma estreita afinidade com a educação.

O modelo excludente do País está associado a sua marginalização das questões bélicas. Sabemos o que a Segunda Guerra Mundial representou para a Europa e os EUA, e até mesmo para o emergente mundo socialista. Alguns países que não participaram de uma guerra mundial conheceram, por sua vez, revoluções realmente significativas do ponto de vista histórico que o Brasil jamais enfrentou. A revolução camponesa na China e a revolução agrária no México condicionaram positivamente a economia desses países. O tempo exíguo desta palestra não me oferece, todavia, condições para explicar, do ponto de vista econômico-sociológico, o exacerbado protecionismo do mercado no Brasil, outro fator a ser considerado. Aqui, os investimentos

na produção chegavam para se aproveitar do aconchego do mercado protegido. Sem competição, a relação de risco praticamente não existia, sendo o governo visto como o grande pai, o construtor de um modelo de relação Estado/Sociedade cuja função, na verdade, era proteger um modelo excludente e, portanto, fazer com que a relação de risco de incorporação de capital não existisse.

Fora de duas guerras “quentes” e de uma guerra “fria”, com o mercado protegido, este mesmo mercado se beneficiava de um outro fator – a vantagem comparativa dos recursos naturais. Entretanto, o Brasil, portador de incontáveis recursos naturais, não soube aproveitá-los sob a ótica do desenvolvimento sustentado.

Além dos nossos recursos naturais, era-nos ensinado que o Brasil dispunha de mão-de-obra abundante e barata – outra vantagem. Mas, para ser barata, tinha de ser desqualificada, sendo o sistema educacional instrumento dessa desqualificação.

O sistema educacional reflete, portanto, essa desqualificação, porque estabelece uma dicotomia que foi a marca da história da educação brasileira. De um lado, o famoso ensino regular que, semântica e ideologicamente, implica algo “irregular”. O regular é o que conhecemos como sistema formal de ensino.

EXPANSÃO DO ENSINO E EXCLUSÃO SOCIAL

Ontem, a professora Maria Helena discorria sobre a expansão do ensino primário e do ensino fundamental nos anos 70 e agora, do segundo grau, mas toda essa expansão ainda ocorre num modelo excludente de educação. Melhorou-se a expansão, mas não se cuida da alternativa metodológica que necessariamente não é mais a de minha classe de escola primária. Éramos 17 alunos. Começamos e terminamos o curso com esse mesmo número. Todos, professores e alunos, pertenciam à mesma classe social e econômica. O diálogo e a aprendizagem se davam numa imensa harmonia. Naquela classe, em vez de 17, deveriam estar sentados 170. Essa é a marca do modelo excludente e eficiente.

Como definiríamos, pois, dentro dessa perspectiva, o ensino regular? Segundo aprendi nos meus primeiros anos do curso de Pedagogia, seria o ensino visando à formação do homem integral, implicando, portanto, que pudesse haver um “não integral”. Descobri, posteriormente, que os alunos que cursavam o sistema regular seriam a elite, para ocupar os postos de mando no País; os demais, para trabalhar e obedecer.

Paralelamente, foi-se criando algo no Brasil, com várias designações, como: ensino profissionalizante, educação e trabalho, formação profissional, escola orientada para o trabalho, e outros tantos apelidos que nós, educadores, para dourar a pílula, começávamos a dar à educação profissional.

Na Constituição de 1937 está escrito que o ensino profissionalizante tem como objetivo atender às massas carentes e desprovidas da sorte, o que confirma a concepção que o Brasil sempre teve quanto à questão educacional e ao destino das pessoas através do sistema educacional do País.

Vale aqui lembrar que fomos um dos últimos países a abolir a escravidão, estando ainda a relação senhor-escravo muito presente na relação capital-trabalho e até mesmo na definição das metodologias educacionais.

O que acabou finalmente acontecendo na história da educação brasileira? Duas histórias da educação: a história da educação chamada profissionalizante e a história da educação regular. Só a partir de 1982, que considero um ano paradigmático, não porque marque a superação no modelo de desenvolvimento econômico em vigor desde 1930, mas porque em 1982 – até por uma experiência pessoal, como espectador privilegiado dessa questão, porque estava no Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) – o Brasil declarou-se falido, admitindo assim o esgotamento do modelo adotado por cinquenta anos.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E ENSINO

O esgotamento do modelo agravou-se ao mesmo tempo por outros acontecimentos, como a inovação tecnológica e organizacional do setor produtivo. Este já seria um assunto para um ou-

tro seminário sobre como a inovação tecnológica chegou à América Latina, em especial, ao Brasil. Em outros países, a inovação tecnológica, muitas vezes, chegou com o objetivo de benefício social, como na Itália e depois na Austrália. No Brasil, contrariamente, ela chegou para consolidar o aumento do lucro do modelo excludente, provocando, assim, o questionamento da inovação tecnológica que, por sua vez, coincide com o desaparecimento do fordismo/taylorismo enquanto forma de organizar a produção.

Com o advento da inovação tecnológica e o início da globalização, as pessoas se deram conta de que a educação não chegara ao escritório, ao supermercado e mesmo à agricultura, num verdadeiro descompasso como os “novos tempos” e a educação em vigor no País. Um integrante do MST que foi ao Ministério do Trabalho questionou a qualificação nos assentamentos, alegando que “não se pode assentar para retomar a tecnologia agrícola existente naquela fazenda, antes da sua ocupação”. Isso porque as pessoas que as invadem devem possuir a competência para implementar uma nova tecnologia agrícola.

Portanto, essa conscientização que se evidencia com relação ao problema agrário, da indústria e dos serviços, mostrando nosso despreparo, acaba questionando a própria ordem social.

Isto não existia ou não chegava a constituir problema no modelo fordista/taylorista, pois neste não se precisava de nenhuma relação cultural ou inteligente. Por esse motivo, considero o filme *Tempos Modernos* como paradigmático: na linha de produção as coisas se complicam porque o operário não sabe o que está acontecendo, ignora as causas e as conseqüências, e acaba sendo engolido pela própria máquina.

Hoje, as complicações são de outra ordem. No lugar do torno, começa a aparecer o controle numérico. E, para trabalhar com o controle numérico, é preciso saber ler, escrever, pensar, globalizar. Começa-se, pois, a entender que, dentro da discussão da superação do modelo de desenvolvimento social excludente e exportador, havia também o problema de qualificação da População Economicamente Ativa (PEA).

Descobrimos, recentemente, algumas coisas que não significavam muito, nas estatísticas, como o nível de escolaridade da PEA. Isso não constava das estatísticas educacionais do País. Existia o dado, mas ninguém se preocupava em analisá-lo, até recentemente.

Desta forma, chegamos à conclusão de que a dicotomia existente na educação brasileira, já apontada, criou uma situação calamitosa no País, do ponto de vista da escolaridade, pois o ensino regular foi criado para as elites, e o outro concebido para os pobres desvalidos da sorte. O que estaria implícito nisso? Exatamente o que minha mãe dizia quando eu era criança: “melhor que menino na rua fumando maconha ou roubando, é menino no emprego”.

Um dos piores inimigos da democracia é o senso comum. Portanto, quando é dito que “melhor menino no emprego do que na rua fumando maconha”, significa que ele não precisa ir para a escola. Basta-lhe, pois, uma rápida qualificação para um emprego de pedreiro ou de assistente de qualquer coisa, porque deixa livre o caminho para a elite.

Assim, acabamos construindo no País uma PEA de aproximadamente 74 milhões de brasileiros em idade produtiva, empregados e desempregados, nos setores formal e informal, com uma média de cinco anos de estudo (não necessariamente de escolaridade). Inferior, portanto, à dos nossos vizinhos do Mercosul.

Tem-se como uma das causas dessa baixa escolaridade no Brasil o alto grau de repetência, especialmente da 1ª para a 2ª série, em torno de 40% a 45%, que perdura há cinquenta anos, embora tenha declinado recentemente para 33%, mas ainda alta. Como defendo a promoção automática, não vou participar dessa discussão. Acho que menino tem que estar na escola por idade. Se tiver 9 anos, que esteja na 3ª série.

REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E CIDADANIA

A relação do setor produtivo com a educação é hoje muito diferente. Até poucos anos, havia mais ofertas de trabalho nos jornais, sobretudo

do para quem era portador de um curso profissionalizante do Senai ou do Senac. Hoje, essa oferta está restrita à posse do 2º grau completo. Há uma conscientização, inclusive por parte dos sindicatos, no sentido da melhoria e qualificação da mão-de-obra, o que posso atestar em razão da minha relação, como representante do Ministério do Trabalho, com representantes da CUT, Força Sindical, CGT, etc., todos preocupados com a qualificação profissional, pois têm a consciência de que cidadão produtivo é cidadão com 1º e 2º graus completos, de caráter acadêmico, sem qualquer vestígio de profissionalização. Portanto, ensino e educação profissional devem sempre estar em harmonia com o sistema educacional, devendo ser a educação profissional cada vez mais pós-secundária, realizada por meio de uma rede de educação profissional, em que tanto o Estado quanto o setor privado, o movimento sindical e as ONGs possam colaborar com a sociedade, de forma permanente.

Lembro-me que, ao dizer essas coisas, num seminário da CUT, alguém me interpelou dizendo: “professor, quando você vai nas favelas, nas fábricas, e discute com as famílias dos operários e da população, o clamor é por ensino profissionalizante”. Eu disse: eu sei. Só que como reformadores da política social, não podemos assumir a alienação do povo. Quem criou esse discurso de o ensino profissionalizante ser a grande e melhor saída para o povo? Quem pôs isso na cabeça do povo? Fomos nós, a elite, que criamos esse modelo de sociedade, convencendo o povo de que isso era a melhor opção. A comprovação disso é que minha empregada doméstica, o meu motorista e os copeiros no Ministério só me pedem que lhes arranje uma vaga para os filhos no Senai.

Percebem o constructo sociológico que se fez com a profissionalização? Algumas ONGs e movimentos organizados têm buscado proteger a criança e o adolescente, oferecendo-lhes a profissionalização. Embora sejam inegáveis os bons propósitos dessas organizações, elas acabam retirando dessas crianças a possibilidade da cidadania através da escola, ao optarem pelo ensino profissionalizante. Não é este o caminho. Temos que resistir a esse tipo de alienação. Embora a relação da educação com o setor pro-

utivo seja positiva, o que se busca, hoje, é a construção do indivíduo como cidadão, na escola de 1º e 2º graus, sem apelar para qualquer motivação romântica. Portanto, com uma visão concreta do sistema produtivo, da relação, às vezes selvagem, entre capital/trabalho, preparando o indivíduo do ponto de vista da autogestão e de sua profissão.

Ontem, nos indagávamos se a avaliação do 2º grau sinalizava para o mercado de trabalho. Essa pergunta pode ser entendida como um paradigma equivocado, porque se deseja saber se a sinalização da eficiência do 2º grau aponta para o mercado de trabalho na profissionalização. Não aponta. Indica apenas que a escola está produzindo cidadãos competentes para o trabalho, embora sem habilidade específica desenvolvida. Isso se faz depois, durante a vida, mediante a educação permanente.

O que vale é organizar um currículo acadêmico impregnado das questões tecnológicas, sociológicas e econômicas, da relação do homem com a natureza e o trabalho, pois ensinar é globalizar. Oficinas de artes industriais e artes agrícolas não ensinam a pensar. Pelo contrário, oferecem ao aluno uma visão fordista catatônica sobre a produção, tanto agrícola quanto comercial.

Por falar em comercial, é conveniente considerar a eficiência de nossas escolas técnicas comerciais, estaduais ou municipais, que, como todos sabem, não primam pela eficiência e levam quatro anos para formar um contador que o setor produtivo recusa. Embora eu teça críticas ao Senac e ao Senai, quanto à sua resistência em adaptar-se à nova visão produtiva do mundo, inclusive quanto à sua forma de administrar, reconheço que o Senac forma, em três meses, um contador mais competente do que a maioria de nossas escolas técnicas em quatro anos.

Começo a acreditar que está certo aquilo que pensava há quinze anos e que julguei, depois, ser errado. Julgo ser fundamental reintegrar o latim nos cursos de 1º e 2º graus. Se eu não tivesse estudado latim nos meus sete anos de ginásio e colégio, não estaria pensando como estou. Urge fazer uma comparação dos que se

formaram tendo currículo acadêmico com a geração regida pela famigerada Lei nº 5.692, que destruiu o 2º grau neste País, porque consolidou essa dicotomia, usando um discurso ideológico, ao profissionalizar o 2º grau, que deixou de ser acadêmico. Não formou o cidadão nem o profissionalizou.

CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Uma questão diferenciada e fundamental na avaliação do 2º grau é a certificação de competência, que não deve ser confundida com certificação de mercado de trabalho e que é uma outra coisa: a certificação ocupacional.

Trata-se de algo novo, inexistente ainda no Brasil, que estamos negociando em termos de Mercosul, visando a uma certificação ocupacional, não-estatal, feita pelo setor produtivo – trabalhadores e empresários, como em qualquer país desenvolvido. Na França, é feita pelos sindicatos. Nos Estados Unidos, pelas empresas. Fica, pois, claro que nenhum sistema educacional faz certificação ocupacional e é importante que as coisas não sejam confundidas.

O mercado de trabalho, o setor produtivo e a construção do novo modelo querem uma sinalização de que o 1º e o 2º graus sejam capazes de construir cidadãos que saibam aprender a aprender, globalizar, escrever, contar e interpretar texto. Ontem, Maria Helena relatou que passava um semestre para trabalhar interpretação de texto com os alunos da Unicamp. Se isso for verdade com alunos que passam nos vestibulares da Unicamp, imaginem o que significa o trabalho de construção de uma nova modernidade de setor produtivo, com base numa população economicamente ativa, com média de escolaridade de cinco anos.

O Ministério do Trabalho está engajado com o Ministério da Educação, assumindo a linha de frente de revalorização do supletivo. Grande parte da população não vai mais voltar para a escola, sendo necessário revalorizar o supletivo, tornando-o contextualizado, ágil, com ritmo próprio, utilizando novas metodologias, materiais didáticos modernos, e que pode ser concluído no espaço de oito meses a um ano, no máximo.

O supletivo contextualizado torna-se uma necessidade para certificar o trabalhador, como exigência do setor produtivo, em nível de 1º e 2º graus, como também para ajudá-lo a reconstruir a cidadania.

Começa-se, hoje, no Brasil, a conceber uma nova relação do setor educacional com o setor produtivo. Há que se construir esta cidadania, resgatando a dívida social, sob o ângulo da educação. Isto mediante um sistema educacional com três componentes básicos: educação superior; educação básica com caráter de 1º e 2º graus acadêmicos e um sistema de educação profissional continuada. Para essa tarefa, urge adotar cursos e formas de atualização, aperfeiçoamento tecnológico, sem esquecer a categoria da mudança, que é uma característica da modernidade e que atinge toda a sociedade.

Era essa a visão da realidade que eu queria transmitir: não separar as coisas, mas integrá-las, embora informalmente, pois muitos entendem que integrar mercado de trabalho com o sistema educacional é trazer uma reprodução do mercado de trabalho para dentro de sala de aula. Não é isso, nem tampouco é fazer oficina de artes agrícolas e industriais, ou coisas até mais avançadas.

Lembro-me de uma visita a uma importante fábrica, na Alemanha, onde anualmente um certo número de trabalhadores passava oito meses fazendo curso de aperfeiçoamento e qualificação. No local, os trabalhadores passavam diariamente três horas no curso. Para isso, a empresa cedia uma hora e meia e os trabalhadores, uma hora e meia do seu lazer.

Como educador, queria que o diretor me mostrasse a grade curricular – palavra “mágica” quando se começa a discutir política educacional. O diretor disse-me que não havia “grade”. Participavam do curso 80 trabalhadores, divididos em 10 grupos de trabalho, contendo cada grupo oito pessoas, entre homens e mulheres. Ao perguntar-lhe o que faziam, fui informado de que, diariamente, tinham 45 minutos de aula de alemão, sendo os outros 45 minutos dedicados à matemática. O tempo restante era destinado aos grupos de trabalho para elaboração de projetos. Mais uma vez indaguei se eram projetos de aperfeiçoamento de máquinas e o que faziam

na linha de produção. O diretor respondeu-me que estavam com tempo livre. Pintavam um quadro, esculpiam estátuas, compunham músicas, escreviam peças teatrais que seriam apresentadas no final do curso. Concluí, como educador, que deveria modificar muito as minhas opiniões quanto ao setor produtivo, com 1º e 2º graus completos e obrigatórios, com cidadãos produtivos, com capacidade de aperfeiçoar-se ao longo da vida, mas não prematuramente.

Por mais de uma vez, a avaliação do 2º grau foi motivo de nossas discussões neste seminário, inclusive quanto à sua sinalização para o mercado de trabalho.

O certificado do exame de avaliação de 2º grau é um documento a mais a compor o *curriculum vitae* do aluno, quando este for em busca de emprego. Pode, sem dúvida, atenuar preconceitos ou até modificar a opinião do setor produtivo, que prefere um candidato procedente de instituições tradicionais como o Colégio Santo Agostinho, no Rio de Janeiro, na disputa com outro candidato, vindo de um estabelecimento da rede pública, como a Escola Rivadávia Correa, na Baixada Fluminense.

Essa sinalização da avaliação do 2º grau pode ser modificada com a cooperação do empresariado e do setor produtivo, ao descobrirem que tanto colégios tradicionais como o Santo Agostinho ou sem nenhuma tradição como o Rivadávia podem produzir cidadãos produtivos.

Muito obrigado.

DEBATE

Profª Maria Helena Guimarães de Castro (Inep): – Muito obrigada, Nassim. Pela natureza da palestra feita pelo Nassim, achamos que seria mais interessante não abrir o debate agora, mas fazer um intervalo e, depois do *coffee break*, retomar as exposições de experiências de vestibular, porque vamos abordar um outro assunto que parece extremamente interessante e, ao mesmo tempo, fora da pauta das experiências que vão ser apresentadas posteriormente. Sugerimos aos senhores 15 minutos de perguntas, de debate, está bom?

Prof. Nassim Gabriel Mehedff (MTb): – Eu trouxe um livreto produzido no Ministério do Trabalho, que é um dos documentos que definem um pouco o pensamento sobre a política de qualificação profissional dentro de uma perspectiva de educação como um todo, na sua relação com o setor produtivo, hoje, de propostas que o Ministério do Trabalho está avançando, no plano de qualificação profissional, e atualmente muito divulgado no Brasil.

Prof. Walter Teodor (UFPE): – Gostaria de obter maiores informações sobre o conceito da certificação ocupacional, aqui mencionado e sobre as políticas de educação continuada para um mercado de contínua mudança, desenvolvidas pelo Ministério do Trabalho e, também, as do Ministério da Educação, valendo-me da presença da professora Maria Helena.

Profª Maria Helena Guimarães de Castro: – Nós vamos considerar todas as questões que, ao final, serão respondidas pelo professor, está bem?

Profª Sonia Maria (UFSC): – Em junho do ano passado, estive aqui em Brasília, numa reunião da SESu, sobre a questão do pós-médio, a que o senhor se referiu durante sua palestra. Lembro-me que estava sentada ao lado de uma representante da Secretaria de Educação do Paraná. Ela dizia que o pós-médio em Curitiba está vindo com bastante força e que estão investindo nesse sentido. Mas, na ocasião, ela não teve a oportunidade de colocar o assunto porque a plateia minimizava a questão do pós-médio. Então, eu gostaria de pedir duas coisas. Primeiro, que o senhor esclarecesse mais o tema do pós-médio, e quando entraria o ensino profissionalizante. Segundo, se haveria aqui alguém da Secretaria de Educação de Curitiba para nos relatar essa experiência, se não me engano financiada pelo BID, se está sendo efetivada e de que maneira está sendo recebida pela sociedade.

Sr. Paulo Fábio (UERJ): – Há quinze dias, numa reunião com empresários no Rio de Janeiro, obtive uma informação de um dado que, se fosse possível, gostaria de uma confirmação: que as empresas gastam hoje, no Brasil, mais ou menos 2,5 bilhões de dólares ao ano com educação, ou seja, o equivalente a um pouco menos

do que o governo federal gasta com todo o ensino superior brasileiro. Acho esse dado extremamente importante, mas não sei se ele é oficial, e se a equivalência é mais ou menos essa, que nós teríamos dois sistemas de educação, em termos de valores em dólares.

Srª Ana Maria (UFRJ): – Já vivemos, durante muito tempo, a história do segundo grau profissionalizante. Sou uma, dentre tantas, que tiveram registrado no diploma ser formada em análise clínica, numa escola particular, sem nunca ter visto um laboratório na minha vida. Várias pessoas, como eu, obtiveram esse tipo de formação. Acho que há um consenso social de que não é esse o papel do Estado. Mas, em contrapartida, construímos coisas muito importantes, como as escolas técnicas federais, cujo modelo estão questionando. Não podemos dizer que ele esteja falido. Pelo contrário. Pode não ter abarcado ou atingido a idéia que alguns teriam do ensino técnico profissional – inclusive o apresentado nas escolas técnicas – , o aspecto terminal. Ele nunca foi apresentado como terminal, mas como curso de formação. Temos ótimos alunos que ingressaram na universidade, oriundos desse projeto das escolas técnicas federais e que hoje estão ameaçadas frente a uma política não muito clara quanto ao papel que está sendo reservado a essas escolas. De outro lado, você, na sua apresentação, coloca que movimento sindical tem a consciência de que não há a necessidade desse ensino profissional e sim da educação básica. Eu diria que o ensino regular apenas dá a informação geral.

Então, quem fornece a formação profissional? Tenho informações de que há muitos projetos oriundos dos movimentos das entidades sindicais, que passam pelo Sistema Nacional de Emprego, que vai sendo financiado pelo FAT, e, me desculpem por usar a expressão “rios de dinheiro” alocados nesses projetos para compra de computadores para alguns sindicatos, centrais sindicais ou coisas do gênero fazerem cursos profissionais. Da mesma forma, imagino que as empresas também estejam apresentando esses projetos. Então, está-se visualizando um projeto em que o sistema produtivo, no caso, trabalhadores e empresários, sejam responsáveis pela educação profissional e o Estado não. Portanto, pergunto: há possibilidade de garantia de acesso às clas-

ses que não têm como pagar? Porque não está garantido que esses cursos são gratuitos.

Prof. Nassim Gabriel Mehedff: – Todos são, por lei.

Sr^a Ana Maria (UFRJ): – Se por lei são gratuitos, esse já é um ponto positivo. Então, por que a idéia de tirar do Estado o acompanhamento desse tipo de oferta, passando apenas a normatizar e a regulamentar? Seria essa a proposta que está colocada? Tenho algumas dúvidas.

Participante não-identificado: – A minha pergunta, professora Maria Helena, é se esta palestra está sendo gravada e se seria possível obter uma cópia desta, em decorrência da riqueza das informações que foram passadas e da impossibilidade de anotá-las.

Prof^a Maria Helena Guimarães de Castro: – Professor, está sendo gravada. Podemos prometer, não sabemos para quando, a transcrição da gravação.

Participante não-identificado: – Muito obrigado. É só escrever para o Inep e pedir?

Prof^a Maria Helena Guimarães de Castro: – Só não é para amanhã.

Participante não-identificado: – Eu sei. Mas todo interessado deve escrever para o Inep pedindo?

Prof. Nassim Gabriel Mehedff: – Trouxe estes livros que, como disse, são parte de uma vasta documentação que o Ministério do Trabalho tem produzido, num diálogo permanente com a sociedade, sobre a questão da educação profissional. Este é um dos documentos básicos. Mas aqueles que estiverem interessados em obtê-los, por favor, registrem seus endereços, que eu envio um *kit* completo de toda a documentação que, inclusive, esclarece as perguntas da professora da UFRJ.

Prof^a Maria Helena Guimarães de Castro: – Está bem. Pediremos que circule uma lista para quem quiser receber o *kit* completo. Então vamos ao número 71. Esta é a última pergunta. Depois virão as respostas.

Participante não-identificado: – Minha pergunta é a seguinte: o senhor falou sobre a necessidade de que as crianças permaneçam na escola e de um currículo acadêmico. Se eu pego os dados, pelo menos da região em que estou situado em Minas Gerais, verifico, por exemplo, que, em relação a gênero, as mulheres têm permanecido mais tempo na escola que os homens. E se a gente for verificar a razão por que isso ocorre, verificamos que a sociedade – a família espera isso, tem uma série de coisas, e vai desde o campo até a cidade – tem cobrado dos homens aquilo que caracteriza o seu padrão tradicional, isto é, desde cedo eles têm que contribuir para o sustento da sua família, têm que assumir o papel de provedor...

Prof. Nassim Gabriel Mehedff: – Deixar dessa frescura de estudar.

Participante não-identificado: – Isso. Deixar dessa frescura de estudar. A gente observa essa tendência, inclusive com reflexos na própria universidade, onde cada vez mais aumenta o número de mulheres superando o de homens. Isto é um problema, visto que a mulher cresce em participação, embora tenha o homem uma função extremamente importante, ao constituir a maioria produtiva da nossa população. Isto tem reflexos enormes no nível de sua qualificação, como provedor ou trabalhador na indústria e/ou outros setores. Este é um problema difícil de abordar porque é um problema cultural, enraizado profundamente na consciência de nossa sociedade. Como enfrentar essa situação?

Prof. Nassim Gabriel Mehedff: – Quanto à certificação ocupacional, no *kit* que mencionei, há maiores detalhes. Primeiro, porque não existe no Brasil, ainda, um sistema de certificação ocupacional; ninguém certifica ocupacionalmente no Brasil, hoje, a não ser as profissões de nível superior, na universidade. Então, você não tem, no Brasil, como existem em outros países, sistemas de certificação de profissões. Nós, brasileiros, não temos certeza se o electricista que toca a nossa campainha e vem consertar a nossa tomada vai causar um profundo curto-circuito e um incêndio na casa, porque ele não tem uma forma de comprovação do que ele é. Nos Estados Unidos, para você ser sindicalizado, você tem que

ser certificado antes. O que regula, inclusive, uma série de questões de salário.

Meu filho mora nos Estados Unidos e é cineasta. Para obter a certificação de cineasta e entrar no Sindicato de Cineastas da Califórnia, com especialização em montagem e direção, que lhe daria o direito de ganhar oito vezes mais, por semana, teve de submeter-se ao exame de certificação ocupacional apesar da posse de um diploma universitário. A certificação é um sistema de testes criado pelo setor produtivo, empresas e o próprio sindicato, e não pelos educadores.

Certificação profissional é, pois, um conjunto independente de escolaridade. A pessoa diz ser um bombeiro. Se for analfabeta, pode ir fazer todo o sistema de certificação e tornar-se bombeiro, sem ser obrigado a possuir, necessariamente, um diploma de escolaridade formal. A questão da exigência de escolaridade se apresenta de outra forma – mediante a competência que o indivíduo tem de adaptar-se continuamente a novas tecnologias, saber aprender a aprender.

Aproveito para fazer um rápido comentário. Hoje estou convencido de que a expressão “ensino terminal” está superada. Nada hoje, do ponto de vista da organização da sociedade, é terminal. Alguém que faz um curso de quatro anos na universidade e acha que está formado, não está. Aquele que faz um curso de 200 horas para ser bombeiro, não é. Pois no setor produtivo, a única coisa que é permanente é a mudança. E o sistema de certificação ocupacional é quase que um sistema de atualização. A pessoa tem que, periodicamente, voltar. É igual a carro nos Estados Unidos e na Europa. Todo ano tem que ser levado para ser fiscalizado, dizer se está com a revisão em dia, se a chapa ou o freio estão corretos e se está adaptado às novas condições de meio ambiente, etc. É a mesma coisa com a certificação ocupacional, que é um conjunto de testes, de baterias, de entrevistas, de várias formas de avaliação, cuja responsabilidade é fundamentalmente do setor produtivo. Evidentemente, possibilitado e fundamentado pelo Estado, que incentiva, participa e garante a sua existência, mas cuja iniciativa é do setor produtivo. Essa é a diferença entre certificação profissional e certificação de competência.

Pós-secundário

Quando digo que a educação profissional tem que, cada vez mais, pós-secundária, estou também afirmando que não substitui a educação

básica, acadêmica, de boa qualidade, na construção da cidadania. Quando falo em pós-secundário, não se trata de curso superior apenas ou de formação de tecnólogos. A idéia de ensino terminal estava, como sabemos, associada à idéia de controle social, de evitar, por meio do 2º grau profissionalizante, a pressão sobre a universidade. Foi essa, nos anos 70, uma das causas, ou seja, a explicação ideológica da Lei nº 5.692.

A educação, hoje, tem que apresentar uma base acadêmica, de 1º e 2º graus, e um outro sistema após essa base, que inclui tanto o ensino superior, público e privado, como a educação profissional, da qual se encarregam o Estado, a sociedade, o setor produtivo, as ONGs, as universidades – que hoje têm experiência disso, por meio das pró-reitorias de extensão.

A primeira coisa importante no pós-secundário é que vocês não confundam o que estou chamando de paradigma velho, pois estou chamando de pós-médio só o nível superior de curta duração, de dois anos, como a formação de tecnólogo, etc.

Quando falo em pós-médio, sem me limitar ao pós-médio superior, estou dizendo que se tem de construir uma rede de educação profissional no Brasil, diversificada, flexível e com competência para atender às necessidades da população economicamente ativa, nas suas mais diferente demandas.

A questão das escolas técnicas

Estamos discutindo que, com a garantia da presença do Estado como formulador, mas também com a participação dos empresários, dos trabalhadores, das ONGs, das universidades, dos SS (Senai, Senac, etc.) – enfim, dos empresários – as escolas técnicas possam, gradativamente, mudar o seu perfil, tornando-se pólos de excelência nessa rede de educação profissional, produzindo metodologia, conhecimento, formando formadores. Esse é o novo perfil que se espera construir. Temos que discutir o papel, o perfil da escola técnica num novo modelo de rede de educação profissional, porque a escola técnica vai continuar pública, financiada com dinheiro da sociedade, portanto tem que responder a um perfil de educação profissional que a sociedade e o setor produtivo – trabalhadores e empresários – estão exigindo.

A escola técnica tem que deixar de oferecer só ensino de segundo grau; deve ofertá-lo, mas que seja um 2º grau contextualizado, para uma determinada função dentro de uma rede de educação profissional, por exemplo, a formação de formadores para a rede de educação profissional. O que se está querendo dizer é o seguinte: a escola técnica não pode continuar só atendendo a um pedacinho da PEA, tem que ampliar e diversificar sua atuação.

São duas as questões fundamentais na discussão da reformulação do sistema da rede de escolas técnicas federais. Primeiro, a escola técnica tem de ser entendida como um integrante e base de uma rede de educação profissional, porque aí o Estado passa a ser formulador na prática, não no gabinete do Ministério do Trabalho ou da Educação. A reformulação se faz na relação direta com o setor produtivo; na relação com a sociedade e na relação com a população economicamente ativa. Essa relação da escola técnica, hoje, está reduzida, só atende a uma determinada faixa do 2º grau. Não estou discutindo a eficiência da escola técnica; aliás, é por isso que a gente acha que a escola técnica tem condições de mudar o seu perfil e de ter um amplo horizonte de trabalho. Duas coisas são fundamentais para a construção de um novo perfil da escola técnica, na perspectiva de ser a semente de uma rede e o apoio de nucleação metodológica e de formação de formadores da educação profissional: primeiro, uma reformulação no conceito de sua clientela, que deve ser a população economicamente ativa, empregada ou desempregada, de 15, 20, 30 ou 60 anos de idade. A clientela da rede de educação profissional são 74 milhões de brasileiros que hoje compõem a população economicamente ativa. Segundo, as escolas técnicas têm que se enquadrar nesse novo perfil e produzir a competência dessa rede de atendimento à população economicamente ativa.

Para ser semente de uma rede de educação profissional, não pode ser a escola técnica concebida e dirigida somente por educadores; tem que dispor de uma participação do setor produtivo (empresários e trabalhadores) e de outras forças da sociedade, como as universidades, ONGs, etc., que têm que participar da direção da escola técnica, que não pode ser dirigida exclusivamente por educadores, administradores de 1º e 2º graus.

O papel da conjugação da sociedade na construção de um atendimento da população economicamente ativa, para a melhoria da competência profissional, superando o paradigma da mão-de-obra abundante, barata e desqualificada, só pode ser desempenhado pelo Estado na construção da política e da prática da preparação de formadores, hoje precariamente resolvida.

Orçamento da educação profissional

O sistema de educação profissional no Brasil, hoje, se consideramos as escolas técnicas federais, estaduais e municipais – o Sistema S (Senai, Senac, Senat e Senar), empresas, ONGs, movimentos sindicais, universidades, o próprio setor privado – os chamados cursos livres (como o Instituto Universal Brasileiro, escolas de informática), tudo isso junto significou, em estimativas globais, para 1994, segundo os dados que tenho, razoavelmente levantados, que o País gastou – eu não digo investiu – R\$ 3,5 bilhões, aproximadamente. E esses R\$ 3,5 bilhões, gastos pelo Estado e pela sociedade – setor privado, movimento sindical, as ONGs e universidades, por meio das pró-reitorias de extensão, etc., – tiveram uma profunda ineficiência porque no ano de 1994 todo esse dinheiro conseguiu qualificar, ou requalificar, somente 4% da PEA. É muito pouco para 3,5 bilhões de reais. Se você fizer a relação, o sistema de qualificação e requalificação do trabalhador, da população economicamente ativa no Brasil, foi absolutamente – e ainda é – ineficiente.

O Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor), do Ministério do Trabalho, não tem o objetivo de ficar distribuindo cursos pelos estados, repetindo aquilo que já se fazia tradicionalmente. O Planfor pretende ser o cerne, uma semente na construção de uma rede integrada, com ampla participação da sociedade. O Planfor aplicou, entre 1995-1997, quase R\$ 600 milhões no País inteiro, e conseguiu preparar 3,2 milhões de trabalhadores em termos de qualificação e requalificação, com uma carga horária média de 100 horas (dados atualizados até dezembro de 1997). Teve uma outra grande vantagem, que é o princípio da construção dessa rede de educação profissional. Os programas foram executados, em 1997, por uma rede de 800 instituições parceiras, tais como: escolas técnicas,

universidade, ONGs, Senai, Senac, sindicatos, setor privado, empresas. Enfim, uma gama de instituições que estão se mobilizando, melhorando a sua competência e provocando, umas nas outras, uma profunda discussão sobre a metodologia de educação profissional e a readaptação de todo o tema da formação profissional do trabalhador brasileiro.

A questão do gênero

É fato que a inserção da mulher no mercado de trabalho cresce, mas o salário continua mais baixo do que o dos homens, em qualquer nível. Trata-se de relação cultural e social muito complicada. A questão do gênero é um item importante na definição, por exemplo, da clientela das escolas técnicas como o cerne de uma rede de educação profissional. Você observará nos cursos de qualificação profissional, no atendimento e no aperfeiçoamento da população economicamente ativa, uma participação muito maior de mulheres do que antes. Isso é um fato novo, pois a sociedade condicionou a mulher de que ela tinha que estudar na “escolinha”, e de que qualificação profissional era um assunto mais do mundo masculino, metal-mecânico, urbano-industrial, que não tinha muito a ver com o papel da mulher definido, na sociedade dos preconceitos. No Planfor, temos compromisso de garantir participação feminina, e que representou por exemplo, 51% dos treinandos em 1997.

Profª Maria Helena Guimarães de Castro: – Teremos um intervalo de 15 minutos para, depois, retornar com as experiências das universidades.

Participante não-identificado: – Acho que é apenas uma questão de resgatar uma verdade. Em primeiro lugar, desde o ano passado, não era permitido às universidades fazer cursos de capacitação e de formação de professores, sem que houvesse uma bênção das secretarias de educação. É uma determinação do MEC, porque esse entende que a clientela é das secretarias de educação, já que são elas que administram a rede pública de ensino de 1º e 2º graus.

Tudo bem. Não temos nada a contestar. Trabalhamos em parceria com a Secretaria de Educação. Mas o Esquema 1 não é bem visto pelas universidades, nem é aceito facilmente. Pelo contrário, ele é imposto pelo MEC, via Secretaria de Educação. O professor Pedro de Souza, da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, está aqui, e sabe que a Secretaria de Educação do nosso estado está implantando, atualmente, o Esquema 1. Com verbas do Ministério, e a duras penas, nós conseguimos que profissionais da universidade federal se engajem num processo como esse. Daí, dizer que isso é de autoria das universidades faz uma diferença muito grande.

Prof. Nassim Gabriel Mehedff: – O Esquema 1 só será melhor quando o setor produtivo fizer parceria com ele.

Série Documental

Uma das funções institucionais do INEP é prover e estimular a disseminação e discussão de conhecimentos e informações sobre Educação, visando ao seu desenvolvimento e domínio público, através de sua produção editorial.

A Série Documental forma um canal de comunicação, diversificado quanto ao público, à temática e à referenciação, abrangendo vários campos e objetivando alcançar, com tiragens monitoradas, segmentos de público, com maior presteza.

Cada subsérie trabalha diferentes fontes:

- 1 — **Antecipações** apresenta textos de pesquisas cuja circulação está em fase inicial nos meios acadêmicos e técnicos.
- 2 — **Estudos de Políticas Governamentais** divulga textos e documentos de diretrizes e subsídios à formulação de políticas da Educação, especificando a temática anteriormente com o título Estudo de Políticas Públicas.
- 3 — **Eventos** publica textos e conferências apresentados em eventos, porém não divulgados em anais.
- 4 — **Relatos de Pesquisa** traz os relatos das pesquisas coordenadas pelo INEP.
- 5 — **Textos para Discussão** divulga opiniões e pensamentos sobre temas atuais que subsidiem o estudo da Educação ou de áreas correlatas.
- 6 — **Traduções** apresenta, em português, textos básicos sobre Educação produzidos no exterior.

